

O que resta – da literatura¹

Max Hidalgo
max.hidalgo@gmail.com
Universitat de Barcelona,
Barcelona, Espanha

1. MORTES E SOBREVIVÊNCIAS DA LITERATURA

“um certo jogo entre literatura e verdade [...]. Entre Platão e Mallarmé, cujos nomes próprios, mesmo aqui, não são referências reais, mas indicadores de comodidade e para uma primeira análise, ocorreu uma história. Essa história foi também uma história da literatura, se admitirmos que a literatura nasceu e morreu aí, de modo que a sua certidão de nascimento como tal, a declaração de seu nome, coincidiu com a sua desapareição”²

Derrida (“Double” 225)

Não faz muito tempo, a literatura chegou a ser associada a uma certa intimidade com o impossível. Desdobrando-se como uma forma que resistia ao fechamento de um sentido - que relançava e diferia ao mesmo tempo, ou como um modo específico de suspender e de pôr em questão os modos recebidos de dizer, pensar e sentir, nela eram combinadas uma força de atração junto com outra de repulsão. Como em Kafka, uma obra podia ser um tipo de artefato no qual “de fora, só conseguimos ver um grande buraco, e depois nos deparamos com a parede de rocha natural” (907). Ou, como em Beckett, podia ir ligada a uma impossibilidade radical de dizer. Sob uma multiplicidade de texturas e figurações, e em uma pluralidade de línguas (com relação às quais ela mesma aparecia como uma língua estrangeira), apresentava-se como um objeto heterogêneo ou como uma instância incerta que exigia ser pensada e que, ao mesmo tempo, não se deixava pensar. A nossa fábula poderia começar assim, retomando miticamente um momento que talvez nunca existiu, mas que cabe conjecturar a partir dos seus efeitos, disseminados em alguns gestos críticos, em determinadas texturas, em uma certa atitude ou insistência no estatuto suplementar ou excessivo de uma literatura que se constituía como tal na medida em que colocava em crise ou em questão aquilo que havia sido designado, até então, como “literatura”, configurando e dando forma a um modo de escrita ou a um regime sensível de existência histórica do escrito que, antes de ser um saber positivo, conteria no seu núcleo ausente ou constantemente deslocado uma relação de intimidade com o não saber.

Há toda uma constelação de enunciados que compartilhem esse solo histórico. Fazem parte dele os de Werner Hamacher, quando escrevia que a filologia é a repetição daquilo que nunca aconteceu, ou os de Giorgio Agamben, ao afirmar que se escreve com vistas ao analfabetismo. Também os de Barbara Cassin, quando apresenta a tradução como aquilo que não deixa de (não) ser traduzido. Exatamente nesse ponto, esses autores compartilham com Derrida a atenção não só pela singularidade, mas também pela heterogeneidade do texto “literário”, o qual nem seria determinável de uma vez por todas nem se identificaria mecanicamente com aquilo estabelecido na história ou num dado momento histórico como “literatura”, mas comparceria como uma força capaz de *solicitar* os discursos recebidos, fazendo possível desse modo, a partir de uma impossibilidade ou de uma transformação, inquietar o pensamento³.

O lugar da literatura terá sido, assim, uma espécie de espaço fronteiro ou de não lugar, no qual entrariam em contato os diversos discursos do saber, cujos limites terão sido, insistentemente, transbordados. Foucault apresentava a

literatura na gargalhada que abria *As palavras e as coisas* (1966), no momento do auge do “estruturalismo”, como uma *contraciência humana*. Barthes referia-se à literatura na sua aula inaugural do *Collège de France*, em 1977, como força de subversão ou como revolução permanente, ao afirmar: “Se, por não sei que excesso de socialismo ou de barbárie, todas as nossas disciplinas tivessem de ser expulsas do ensino exceto uma, a disciplina literária deveria ser salva, pois todas as ciências estão presentes no monumento literário”. A literatura conteria em filigrana o resto de saberes, rememorando-os ou antecipando-os ao colocá-los em cena. Por isso, e dado que nunca poderia coincidir com um presente determinável de uma vez por todas, a literatura seria constitutivamente anacrônica.

Esse anacronismo se mostra de múltiplas maneiras, e faz com que a literatura nunca possa ser submetida a uma única temporalidade, pois nela os tempos se encavalgam. Tomemos um caso extraído dessa mesma conferência em que Barthes afirmava: “Posso então dizer indiferentemente: literatura, escrita ou texto” (*Leçon* 433). O crítico, que tinha insistido durante toda uma década nas diferenças entre “texto” e “literatura”, entre “escrita” e “literatura”, e depois entre o texto “clássico” e o texto de “vanguarda”, marcava assim ao entrar no *Collège de France* um certo “fim da vanguarda” vitorioso, dobrando a “escrita” e o “texto” sobre a “literatura”, que ficava relançada desse modo. Entretanto, o por-vir da literatura ficaria aparentemente refutado pelo mesmo Barthes, um ano depois, pouco antes de sua morte, quando anunciava em seu seminário – não sem indicar que se tratava da “exploração de um grande tema nostálgico” – a morte da literatura: “Algo ronda nossa História: a Morte da literatura; erra ao nosso redor; é preciso encarar esse fantasma, a partir da *prática*” (2003:49). Barthes apontava aí para “essa sensação de que a *literatura*, como Força Ativa, Mito vivo, está, não em crise (fórmula extremamente fácil), mas talvez *morrendo*” (353). Modulada com um *talvez*, e apresentada como *fantasma*, Barthes sugeria que o *Mito vivo* e a *Força Ativa* da literatura poderiam estar à beira do desaparecimento. Seria necessário voltar com calma, e caso por caso, àqueles finais que não deixaram de pontuar a existência da literatura desde o seu próprio surgimento como questão, ou seja, como potência capaz de interpelar o pensamento. A partir desse umbral – que parece anunciar que a literatura nasceria, como Fênix, de suas mortes – torna-se possível perguntar, em uma interrogação que remete tanto ao passado quanto ao nosso por-vir: *o que pôde, o que terá podido a literatura?*

2. “LA FAUTE À M. BLANCHOT” OU O TERROR NA LITERATURA

“Nunca soube contar uma história [...]. Por que estou privado de narração?”

Derrida (*Mémoires* 27)

“Birth was the death of him”

Beckett (425)

Mesmo quando Derrida não se refere à literatura, há algo da potência da literatura que atravessa a obra do autor. Contudo, gostaria de partir de uma de suas últimas reflexões sobre a literatura, sustentadas logo depois da morte de

Blanchot, e como fechamento do colóquio "*Maurice Blanchot, récits critiques*", no dia 29 de março de 2003. Nessa intervenção, intitulada "*Maurice Blanchot est mort*" (onde é o próprio Derrida que coloca entre aspas, e em cursiva, esse enunciado), recordava "A literatura e o direito à morte" (1947-1948) e voltava – sem aludir a eles – sobre seus próprios anos de formação. Sob o signo da morte de Blanchot, Derrida aludia a uma espécie de sobrevivência em que não caberia nenhum tipo de *superação* (nem, portanto, de *supervivência* ou de *conservação*), e a partir da qual deixaria escrita, para seu próprio enterro, a seguinte exortação: "Prefiram sempre a vida e afirmem sem cessar a sobrevivência...". Trata-se de uma cena impossível: Derrida, em 12 de outubro de 2004, dirigindo-se aos presentes em seu enterro, através de uma mensagem manuscrita que o seu filho Pierre teria lido nesse dia.

Talvez alguém quisesse apresentar essa morte como a confirmação de um encerramento de época, o anúncio do fim de um grupo de pensadores franceses (entre os quais incluem-se Foucault [1925] e Deleuze [1926] junto com o próprio Derrida [1930]) que começou a publicar seus escritos nos anos 1960 e para quem a literatura se apresentava como potência e limite do pensamento. Essa geração – que herdava e relançava as propostas de Bataille [1897], Lacan [1901], Blanchot [1907] e Barthes [1915] – havia atingido a maioria em um contexto de pós-guerra no qual Sartre acabava de estabelecer os termos da pergunta sobre a literatura ao propor sua política da prosa, que submetia e reduzia a literatura ao conceito, condenando à menoridade e a uma infantilidade estéril algumas experiências literárias como as de Baudelaire, Mallarmé, Lautréamont ou Artaud, as quais seriam reavaliadas pela geração seguinte.

Derrida se referiria a esses anos recordando que, em sua adolescência, "o existencialismo, Sartre, Camus, estavam presentes em todos as partes" – o que não o impediu de aludir à "recordação do surrealismo", que "ainda estava vivo" ("Esa extraña" 116). Essa lembrança viva de seus anos de formação adquiria uma densidade específica em torno do nome de Bataille, a quem Sartre havia apresentado, em 1943, como um *novo místico* que dava forma a "um ensaio-mártir" ("Un nouveau mystique" 134), no qual era oficializado "um pequeno holocausto das palavras da filosofia" (145). Que Derrida não se esqueceria daquele tempo é demonstrado por uma multiplicidade de marcas em sua escrita. Entre elas, a seguinte frase, que não deixava de ser uma resposta tardia ao ensaio de Sartre quatorze anos após sua publicação: "Bataille não é de modo algum um novo místico" ("De l'économie" 400). Junto a Bataille, Sartre também se referia, em seus escritos de princípios dos anos 1940, a Blanchot, que era apresentado como romancista, comparando-o a Camus. Nesses debates, estava em jogo a refundação, em plena Ocupação, da novelística e do ensaio filosófico franceses, nos quais Sartre, que estava do lado de Camus em detrimento de Blanchot, criticaria a prosa de Bataille para opor a sua própria escrita ensaística em nome de sua superioridade filosófica e de uma suposta falta de domínio das ferramentas filosóficas. Sartre lia no mesmo ano o *Aminadab* de Blanchot e o acusava de apresentar "o fantástico *do lado de fora*" ("*Aminadab*" 124), fazendo que o que em Kafka era parte da vivência ficasse degradado à categoria de mera convenção literária: "Par la faute de M. Blanchot" (130).

Em um autor como Sartre, para quem a consciência e a interioridade eram dois valores, a *experiência interior* de Bataille, que transbordava a consciência, e o *espaço literário* de Blanchot, que se afirmava na exterioridade e no *pensamento*

do fora, tinham de ser censurados. Entretanto, foram justamente esses autores os que, durante esses anos, sustentaram uma imagem da literatura e do pensamento que daria à nova geração alguns elementos-chave para exceder as propostas sartrianas e, posteriormente, as da ciência estrutural.

O próprio Derrida chegaria a Blanchot, ironicamente, por meio do artigo de Sartre (Bident 461). E ele o faria, no final da década de 1940, coincidindo aproximadamente com a data em que Blanchot publicou "A literatura e o direito à morte" na *Critique*, revista em que Derrida, Foucault e Deleuze, anos depois, publicariam alguns de seus primeiros textos, situados em um entre-lugar entre a literatura e a filosofia. Esse ensaio voltava-se sobre o acontecimento da leitura e da escrita, propondo o problema da fala e da nomeação bem como uma interpretação do Terror referido por Hegel em uma leitura que não deixava de evocar o problema literário isolado por Paulhan em *As flores de Tarbes*, publicado em 1941 sob a Ocupação e subintitulado, significativamente, o *Terror nas letras*.

3. AS FLORES DA RETÓRICA: ARQUEOLOGIAS DA DESCONSTRUÇÃO

As flores de Tarbes – e a leitura que Blanchot faz delas – inserem-se em uma série literária de *flores verbais* abordada por Paulhan de modo reflexivo, e à qual o próprio Derrida voltará no final de sua vida. Essa tradição, que Paul de Man remontava até Rousseau, atravessa *die blaue Blume*, a flor azul de Novalis em *Heinrich von Ofterdingen* (1802), e o poema de Hölderlin "Brot und Wein" ("Pão e Vinho") (1801-1802), que já fazia alusão às flores e à linguagem: "Worte, wie Blumen, entsteh'n" ("palavras, como flores, desabrocharão"), e que mereceria os comentários de Heidegger. A poética do Romantismo supôs, como escrevia De Man, "uma mudança profunda na textura da dicção poética" (81), que passaria a ser estruturada de modo polar a partir de uma tensão entre imaginação e natureza, uma polaridade que atravessaria a relação entre as flores e a linguagem. Seria possível, então, perguntar-se pelo lugar que as flores ocuparam na literatura e pelo modo como estas foram inseridas na escrita literária, desde *As flores do mal*, de Baudelaire, até o "*Eu digo: uma flor!*", de Mallarmé. O mesmo aconteceria com *As flores de Tarbes* de Paulhan, que partiam de um aviso visto na entrada de um parque em Tarbes: "É PROIBIDO ENTRAR NO JARDIM COM FLORES NA MÃO". "Nós também encontramos o mesmo aviso", continuava, "nos nossos dias, na entrada da Literatura" (28). Paulhan mostrava como os diversos movimentos literários surgidos desde o Romantismo teriam acusado os seus predecessores de tornar absoluto um princípio que estes últimos destruiriam em nome de um princípio mais fundamental. As diversas poéticas se sucederiam a partir da negação das precedentes, fazendo vir à tona o caráter destrutivo da literatura moderna, que se fundaria em uma rejeição na qual a problemática do Terror acabaria por tomar forma. O paradoxo seria o de que a crítica ao *retoricismo* que alguns movimentos oporiam a outros se voltaria imediatamente contra estes últimos. Entretanto, por mais que Paulhan advogasse uma volta à ordem ou uma restauração pré-revolucionária ("seria, no entanto, bom ver as moças de Tarbes (e os jovens escritores) carregar uma rosa, uma papoula, um ramo de papoulas" [28]), seu texto poderia ser lido por Blanchot em sua resenha de 1941 ("Como a literatura é possível?") como uma descrição de um problema inerente a essa estranha instituição chamada literatura, cujo espaço passaria a ser sinalizado a partir do fim da guerra. O que, se lermos De Man, não deveria nos surpreender muito, pois esse

tipo de artefato estaria fadado a ser (mal) interpretado em uma espécie de *misunderstanding* permanente.

4. INSCRIÇÕES DA LETRA: O TEXTO IMPERCEPTÍVEL / A LEITURA NULA

Esses contornos permitem sugerir como algo da potência da proposta derridiana já estaria em jogo em escritos que não são estritamente filosóficos, liberados justamente quando o que tradicionalmente foi chamado de poesia ou literatura atingiu seu limite e, ao fazê-lo, voltou-se contra si mesmo, colocando em crise as certezas de seu “exterior”.

Vamos nos deter em Blanchot. “A literatura e o direito à morte”, que expandia a leitura de “Como a literatura é possível?”, era, entre outras coisas, uma refutação das principais suposições sartrianas. Embora Sartre nunca tenha sido citado no ensaio, a frase de abertura já era uma resposta às teses de *O que é a literatura*: “Podemos, sem dúvida, escrever sem nos perguntar por que se escreve” (293). Quanto a Bataille, sua discussão com Sartre ecoou na *Experiência interior*, quando ele escrevia: “O projeto é a prisão da qual quero escapar” (73). Bataille chegaria a sustentar, afirmando em nome da poesia o *projeto de abolir o projeto*, que “a experiência interior é projeto, embora não se queira”: “é assim, já que o homem é completamente homem pela linguagem que, por essência, com exceção de sua perversão poética, é um projeto. Mas o projeto, nesse caso, não é mais o positivo da salvação, mas o negativo de abolir o poder das palavras, ou seja, do projeto”. (35). Assim, o “princípio da experiência interior” consistiria em “sair por um projeto do domínio do projeto” (60). O julgamento de Sartre, em 1943, era: “somos projeto, apesar de nosso autor [...]. O resto é assunto da psicanálise” (“Un nouveau mystique” 174). Entretanto, o que para Sartre aparecia como uma inconsistência filosófica seria, de outro ponto de vista, o anúncio de um pensamento por-*vir*, que somente podia emergir em um primeiro momento como monstruosidade. Blanchot respondia novamente a Sartre quando argumentava: “O escritor não pode propor-se como projeto” (“De l’angoisse” 15). Por meio desses movimentos, a escrita queria se desprender do âmbito do projeto ao qual tinha sido confinada. Entretanto, para isso, não bastaria *negar* o projeto, mas seria necessário submeter esse conceito a um *trabalho de escrita* que o fizesse fracassar, abrindo a possibilidade de outra coisa. Esse trabalho de escrita é o que estava em jogo, por exemplo, no *ódio da poesia* de Bataille, que se via obrigado a levar a poesia até o limite para afirmar que “a poesia que não se eleva à ausência de sentido da poesia não é mais que o vazio da poesia, que bela poesia” (*L’impossible* 84). Esse *ódio da poesia* seria para Bataille outro nome do *impossível*, a partir do qual Lacan formularia seu conceito do *real* (Roudinesco 188).

Quando Blanchot fazia alusão a uma literatura que “expressa sem expressar” (“La littérature” 327), a “essa morte sem morte” (327), a uma exigência sem exigência (*Llâv* 43), ao ser como ausência de ser (55) ou à essência da literatura como desprovida de qualquer determinação essencial (273) não estava negando um termo a fim de superá-lo, nem fazendo girar a retórica no vácuo, mas enxertando seu próprio texto em um discurso anterior, que assim solicitava. Nessas operações – assim como nos deslocamentos aos quais Bataille submeteu as noções de *comunicação* e *soberania* – podemos ver um gesto desconstrutivo *avant la lettre*, que Derrida teria caracterizado como “a lógica do sem: x sem x” (*Parages* 91 e 151), que relançava a memória de outras inscrições textuais que

deslocavam a ideia recebida de literatura, e que aqui eram postas em contato com a filosofia sartriana para transbordá-la.

As operações da escrita e da leitura, que passavam a ser tematizadas como tais, não podiam mais ser pensadas de um ponto de vista instrumental. A esse respeito, Blanchot escrevia na década de 1950: “Ler, escrever, não duvidamos que essas palavras sejam chamadas a desempenhar em nossas mentes um papel muito diferente daquele que desempenhavam no início deste século” (*Ll'av* 275). A escrita poderia deixar de ser um meio de expressão do pensamento ou de desvelamento do real? E a leitura podia deixar de ser apresentada como uma via de acesso às ideias do autor ou a algum tipo de diálogo com ele? A distinção radical que Blanchot estabeleceria entre *leitura* e *publicação* colocava o *publicado* justamente no lugar do *ilegível* (posto que *já lido*): “Publicar não é fazer-se ler, nem oferecer alguma coisa à leitura. Aquilo que é público, justamente, não precisa ser lido; já é conhecido de antemão, a partir de um conhecimento que sabe tudo e não quer saber nada” (*Ll'av* 334). A leitura passava, assim, a estar ligada, não tanto a uma restituição de sentido como a um salto no continuum – o que Blanchot denominará como escrita diurna (Nancy *MB*). A linguagem da ficção constituiria “uma experiência que, ilusória ou não, aparece como um meio de descobrimento e um esforço, não para expressar o que se sabe, mas para experimentar o que não se sabe” (“*Le langage*” 83). Desse modo, o problema da escrita, desdobrado no da leitura, terá permitido pôr em questão o discurso do saber, abrindo-se em direção a sua dimensão noturna, a qual permite apresentar o escritor como “o insone do dia” (*L'écriture* 185)

Cabe extrair dessa relação de leitura, e do buraco escavado por sua trama, a noção de texto. Texto que implicará uma reserva, uma não coincidência “originária” entre a escrita e aquilo que será lido, e que –uma vez que nunca está presente–, remitará ao inconsciente da obra. Como escrevia Derrida no começo de “A farmácia de Platão”, “um texto não é um texto se não esconder à primeira vista, à primeira chegada, a lei de sua composição e a regra de seu jogo. Um texto também permanece sempre imperceptível. A lei e a regra não se abrigam na inacessibilidade de um segredo, elas simplesmente nunca se oferecem, no presente, a nada que possa ser rigorosamente chamado de percepção” (“*La pharmacie*” 79). O texto nunca poderia se oferecer no presente ou se fechar em uma identidade: “Sendo a textualidade constituída de diferenças e de diferenças de diferenças, ela é, por natureza, absolutamente heterogênea e está em constante contato com forças que tendem a anulá-la” (122).

Blanchot já havia afirmado, nos anos de 1950, que “a essência da literatura consiste em escapar de qualquer determinação essencial, de qualquer afirmação que a estabilize ou inclusive que a realize: nunca está já aí” (*Ll'av* 293). *Nunca está já aí*: nenhum presente pode ser atribuído a ela. Essa caracterização da experiência literária não somente colocaria em crise a comunicação e as representações herdadas, mas também a própria metafísica da presença. Entretanto, naquela época, Blanchot ainda contrapunha essa leitura à do livro não literário, o qual “se oferece como uma rede firmemente tecida por significações determinadas”, de modo que, “antes que alguém o leia, o livro não literário já foi lido por todos, e essa leitura prévia lhe garante uma existência firme” (*Lel*, 256). É por isso que “o autor que escreve precisamente para um público na verdade não escreve: é o público que escreve e, por essa razão, esse público não pode mais ser um leitor; a leitura é apenas uma aparência, na realidade é nula” (“*La littérature*” 299).

Entretanto, essas afirmações de Blanchot dos anos de 1940 e 1950 assumirão uma aposta mais radical, se couber, após a sua leitura de Derrida dos anos de 1960 (Bident 462). Assim, introduzindo o conceito de “texto”, e indo além da literatura, Blanchot escreverá em *L’écriture du désastre* (1980): “Qualquer texto, por mais importante, prazeroso e interessante que seja (e quanto mais der a impressão de ser), é vazio” e, para lê-lo, para entendê-lo, ‘é preciso franquear um abismo” (23).

Pensar a linguagem como escrita supunha inquietar o estatuto da presença ao vinculá-la à presença de uma ausência e ao perfurar a *comunidade de origem* em nome de outra comunidade inconfessável. Derrida, junto a alguns de seus contemporâneos, conseguiu desestabilizar o campo das ciências humanas –que já se articulava *em torno da* a figura de Lévi-Strauss e dos conceitos de signo, relação e estrutura–, mobilizando esse excesso ou suplemento literário e reintroduzindo a questão ontológica e a pergunta por uma origem que agora teria que aparecer sob as formas da morte, do terror ou –graficamente– de uma escrita riscada: *o ser ou l’être : lettre : literatura*. Ou, em termos lacanianos, *lituraterre*, onde no jogo anagramático da *literatura* ainda ressoa –junto com o terror, a errância e uma escrita riscada– o terror nas letras. Portanto, pode-se argumentar que a literatura, para Derrida, não terá sido tanto um assunto ou um objeto quanto uma força ou uma potência de transformação ou destituição ligada ao não saber.

Assim, a relação entre Derrida com Blanchot ou Bataille que sugerimos aqui não seria tanto de influência ou afiliação como de contato. Seria uma relação textual – necessariamente anacrônica – em que a escrita de Derrida se deixaria afetar por essa experiência literária. Assim, quando o filósofo franco-argelino referia que, em sua escrita, assim como no estilo de Lacan, estaria em jogo “uma maneira de *afetar* a língua francesa, ou de *deixar-se afetar por ela*” (*De quoi* 31), ele estava apontando para uma experiência de contato com o campo de experimentações “literárias”, entendendo-se por isso tudo o que, na literatura, excede a literatura – onde incluem-se, portanto, as *leituras* às quais ela foi, é e será submetida como indispensável suplemento.

5. MORTES, SOBREVIVÊNCIAS, DISSEMINAÇÕES

“Até a morte, tudo é vida.”

Sancho Panza, em *El Quijote* de Miguel de Cervantes (cap. LIX, segunda parte)

Em uma de suas últimas intervenções públicas sobre literatura (talvez a última?), Derrida terá voltado mais uma vez a Blanchot. Essa conferência, intitulada ““Maurice Blanchot est mort”” e proferida em 29 de março de 2003, foi lida apenas um mês após a morte do escritor e da leitura que o filósofo fez na cerimônia de cremação de Blanchot. Sua duplicidade reside no fato de que seu título – que pode ser traduzido como “Maurice Blanchot *morreu*” ou como “Maurice Blanchot *está morto*” – poderia ser tomado também como um *uso* ou como uma *menção*, como uma declaração ou como uma citação: “cito a frase, mas não garanto nem assumo sua veracidade, pode ser uma notícia falsa, um boato, uma crença ingenuamente assumida – ou literatura” (“MB est mort” 595). Depois de ter lido Blanchot, como poderíamos ter certeza do status dessas palavras?

Essa intervenção, cuja primeira parte poderia ser lida como uma crítica ao escritor, mostra-se, em um segundo momento, como um prolongamento ou relançamento de sua escrita. Ao lê-la, poderíamos nos perguntar se Derrida estava desconstruindo o pensamento de Blanchot ou se ele descrevia o exercício de desconstrução que Blanchot realizava em torno do direito e da morte, concernente à literatura. Não se trataria tanto de negar a possibilidade de criticar o lugar que a morte ocupa (e o direito à morte) no pensamento de Blanchot, mas de apontar – o que o próprio Derrida fazia *explicitamente* – que ela já se encontrava na própria escrita do crítico. Essa resistência permitiria passar do “filosofema clássico de todas as grandes filosofias do direito favoráveis à pena de morte” (603), que incluem Kant, Hegel e Rousseau, a outra filosofia como direito à vida e abolição da pena de morte. No final das contas, será que Derrida não havia incorporado sutilmente em sua obra a lógica do *x sem x* a que ele se referia com relação a Blanchot? E não somente isso, como também havia associado essa lógica –a partir de algumas precisões– ao nome da *desconstrução*. Ao ler essa intervenção de Derrida que acontecia um mês depois da morte do amigo, e que antecederia em um ano e meio a sua própria morte (mas, o que significam essas “mortes”?), não podemos evitar pensar que o filósofo estava apontando em direção a uma arqueologia do seu próprio *pensamento* e da sua própria *escrita* (onde caberia *diferenciar e fazer diferir* ambos termos). E o fazia retornando às suas primeiras leituras de Blanchot, que remontavam aos limites de sua própria maioridade e, por meio delas, a uma certa ideia de literatura representada por Paulhan, que emergia timidamente, na leitura de Derrida, em um parêntese na passagem de uma citação de Blanchot que não seria desenvolvida. Nesse fragmento, Hegel também foi lembrado por meio de outra citação que voltaria em várias ocasiões no texto de Blanchot (“a vida leva a morte e se mantém na própria morte”), e na qual também se poderia aludir à leitura que Kojève fez dele em seus cursos compilados em *Introdução à leitura de Hegel*. Embora não caiba desdobrar a questão aqui, esses dois eixos que marcam (como *meros indicadores*) os nomes de Paulhan e Kojève podem ser tomados como pontos de partida destacados, juntamente com os de Heidegger e Mallarmé, a partir dos quais Blanchot enxertava sua própria escrita e relançava o pensamento da literatura.

Ao evocar essas camadas do texto derrideano, sugiro que, com relação a Blanchot, caberia predicar algo similar ao que Derrida afirmou em relação a Joyce:

“Toda obra literária “traí” o sonho de uma nova instituição da literatura. Trai, primeiramente, revelando-o: cada obra é única e é uma nova instituição para si própria. Mas também o trai ao causar o seu fracasso: na medida em que é única, ela aparece em um campo institucional preparado para que seja recortada e subtraída dele: O *Ulisses* chega como um romance entre outros que colocamos na estante e se inscreve em uma genealogia. Tem seus ancestrais e seus descendentes. Mas Joyce sonhou com uma instituição especial para sua obra, inaugurada por ela como uma nova ordem. E não é o que ele conseguiu, até certo ponto? Quando falei sobre isto, como fiz em *Ulisses gramófono*, tive de fato de compreender e compartilhar também seu sonho: compartilhá-lo não somente no sentido de torná-lo meu, de reconhecê-lo como meu, mas também o compartilhei *pertencendo ao sonho* de Joyce, *tomando parte* nele, passeando por *seu* espaço. Por acaso não somos hoje gente ou personagens constituídos (como leitores, críticos, professores) em e através do sonho de Joyce? Por acaso não somos o sonho de Joyce, os leitores

de seu sonho, aqueles com que ele sonhou e que nós, na nossa vez, sonhamos em ser?" ("Esa extraña" 149-150).

A pergunta aí seria *até que ponto* Derrida não continuou fazendo parte do sonho de Blanchot, ou seja – sem necessidade de deter a leitura muito cedo, nem de ser injustos com Derrida –, até que ponto não relançou o seu legado além do mesmo, contribuindo para a sua disseminação. A questão a que "A literatura e o direito à morte" dá forma – e que deixo em suspenso aqui – não foi apenas a da morte, mas também a da impossibilidade de morrer, que também estava em jogo em *L'arrêt de mort* (1948), um relato de título intraduzível. A importância de Paulhan no texto de Blanchot é inegável; e nela ressoa sua resenha de 1941, que começava assim: "Há duas maneiras de ler *As flores de Tarbes* de Jean Paulhan" ("Comment" 92). E não é *justamente isso* o que Derrida ia propor com relação à "A literatura e o direito à morte", a possibilidade de uma *dupla leitura*? Uma primeira leitura que tomava os enunciados como *obra* ou querer dizer de um autor e os situava em uma máquina argumentativa preexistente, inserindo-os em um discurso e em um horizonte de sentido que asseguravam sua coerência; e uma segunda que atenderia ao trabalho de escrita a que esse *texto* submetia os conceitos com os quais trabalhava, os quais, por meio de um gesto reflexivo, passariam a ser colocados em questão, direcionando-os para seu *desœuvrement*. Em seu ensaio do final da década de 1940, ao colocar o Terror como o núcleo da literatura, mais do que aceitar *o filosofema clássico de todas as grandes filosofias do direito favoráveis à pena de morte*, e como ele explicitava, *reconstituía seu núcleo argumentativo* ("MB est mort" 603). E, ao reconstruí-lo, ele permitia decliná-lo? Pois essa reconstrução ia acompanhada por um trabalho específico sobre a noção de *morte*, a qual se tornava em "impossibilidade de morrer" ("La littérature" 325). Qual seria essa morte a que Blanchot se referia, essa "morte sem morte" (327) que nunca chegava e que, quando chegasse, faria surgir a impossibilidade do possível? Blanchot escreveu: "Se a morte é o real, e se o real é o impossível, nos aproximamos do pensamento da impossibilidade da morte" (*L'écriture* 186).

Como medir, portanto, a tensão entre o filosofema do direito à morte e o trabalho textual a que era submetido? E como não deixar de recordar às filosofias da vida e do direito à vida, sem ceder ao terror, a dimensão de terror que as subtende? Segundo Derrida, ocupando-se morosamente da morte, Blanchot não teria deixado em momento algum de afirmar a vida. "*Preferiu a vida, até o final*" ("À MB" 327), sustentaria o filósofo na cerimônia de incineração de seu amigo.

Entre o direito à vida e o direito à morte, em uma lógica em que a sobrevivência e as potências da disseminação se encavalgam, entre seu passado e seu por-vir, talvez algo parecido ao que Derrida afirmava de Blanchot, naquela cerimônia de despedida, possa ser dito da literatura – pois talvez ela morre sem desaparecer e desaparece sem morrer (329).

NOTAS

1 – Tradução de Lívia Lemos Duarte.

2 – Os textos que na bibliografia aparecem em línguas que não são o português foram traduzidos pelo autor e pela tradutora.

3 - Aqui retomo os trabalhos de Analía Gerbaudo, quem emprega “o termo “solicitar” no sentido derridiano de questionar, pôr em dúvida, fazer “tremar” ou oscilar os fundamentos” (35).

REFERÊNCIAS

- Barthes, Roland. La préparation du roman I et II. Cours et séminaires au Collège de France (1978-1979 y 1979-1980). Ed. Nathalie Léger. Paris : Seuil/IMEC, 2003.
- Barthes, Roland. Leçon (1978). En Œuvres complètes V. Paris : Seuil, 2002.
- Bataille, Georges, L'expérience intérieure. Paris : Gallimard, 2008 [1954].
- Bataille, Georges, L'impossible, en Œuvres complètes III, Paris, Gallimard, 1971.
- Beckett, Samuel, "A Piece of Monologue". En The Complete Dramatic Works. London: Faber & Faber, 1986.
- Bident, Christophe. Maurice Blanchot, partenaire invisible. Mayenne : Champ Vallon, 1998.
- Blanchot, Maurice, "Comment la littérature est-elle possible?", Faux pas. Paris : Gallimard, 1943.
- Blanchot, Maurice, "De l'angoisse au langage", Faux pas. Paris : Gallimard, 1943.
- Blanchot, Maurice, "La littérature et le droit à la mort", La part du feu. Paris : Gallimard, 1949.
- Blanchot, Maurice, "Le langage de la fiction", La part du feu. Paris : Gallimard, 1949.
- Blanchot, Maurice, L'écriture du désastre. Paris : Gallimard, 1980.
- De Man, Paul. "La estructura intencional de la imagen romántica", La retórica del romanticismo. Trad. e intr. de Julián Jiménez Heffernan. Madrid: Akal, 2007.
- Derrida, Jacques y Roudinesco, Élisabeth. De quoi demain... Dialogue. Paris : Flammarion, 2001.
- Derrida, Jacques. "De l'économie restreinte à l'économie générale. Un hegelianisme sans réserve" (1967), L'écriture et la différence. Paris: Seuil, 1967.
- Derrida, Jacques. "La double séance", La dissémination. Paris : Seuil, 1972.

Derrida, Jacques. “La pharmacie de Platon”. La dissémination. Paris : Seuil, 1972

Derrida, Jacques, Parages. Paris: Galilée, 1986.

Derrida, Jacques. Mémoires pour Paul de Man. Paris: Galilée, 1988.

Derrida, Jacques, “À Maurice Blanchot” (pp. 323-332), Chaque fois unique, la fin du monde. Paris: Galilée, 2003.

Derrida, Jacques, “Esa extraña institución llamada literatura. Una entrevista de Derek Attridge con Jacques Derrida” (pp. 115-150) (1989). Boletín del Centro de Estudios de Teoría y Crítica Literaria. Trad. Vicenç Tuset, nº 18, octubre de 2017.

Gerbaudo, Analía, Tanto con tan poco. Los estudios literarios en Argentina (1958-2015). UNL: Santa Fe, 2024.

Kafka, Franz. “La obra” (finales de noviembre-diciembre 1923) (pp. 907-943), Obras Completas III. Narraciones y otros escritos, trad. Adan Kovacsics, Joan Parra Contreras y Juan José del Solar. Ed. Jordi Llovet. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2003.

Nancy, Jean-Luc, Maurice Blanchot. Passion politique (lettre-récit). Paris : Galilée, 2011

Paulhan, Jean. Les fleurs de Tarbes ou le Terreur dans les Lettres. Paris : Gallimard, 1941

Roudinesco, Elisabeth, Jacques Lacan. Esquisse d’une vie, histoire d’un système de pensée. Paris : Fayard, 1993.

Sartre, Jean-Paul. “Aminadab” (1943). Critiques littéraires. Situations I. Paris : Gallimard, 2005 [1947] [“Aminadab ou le fantastique considérée comme un langage”, Les Cahiers du Sud nº 255–256, 1943]

Sartre, Jean-Paul. “Un nouveau mystique”, Cahiers du Sud, nº 260, 261, 262 (1943). Republicado en Critiques littéraires. Situations I. Paris : Gallimard, 2005 [1947].

Recebido: 03 jul. 2024

Aprovado: 10 dez. 2024

DOI: 10.3895/rl.v26n49.18899

Como citar: HIDALGO, M. O que resta – da literatura. *R. Letras*, Curitiba, v. 26, n. 49, p. 1-14, jul./dez. 2024.

Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rl>>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

